

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: desafios e potencialidades para atender as populações ribeirinhas no Amazonas.

Maria Raimunda Nascimento de Oliveira¹
Doriane Oliveira de Souza²
Lidiany de Lima Cavalcante³

Eixo Temático: 11 – Territórios, Povos, Comunidades Tradicionais e Políticas Públicas

RESUMO

O artigo propõe uma aproximação ao debate sobre o trabalho do Assistente Social no Programa Bolsa Família – PBF como fonte de renda para as famílias em comunidades ribeirinhas amazônicas. Com intuito de conhecer, ainda que de maneira introdutória a realidade desta categoria profissional no âmbito das políticas públicas, sobretudo no PBF na realidade local. Fruto das discussões durante a disciplina de mestrado Fundamentos Teóricos Metodológicos do Serviço Social e revisão bibliográfica em trabalhos já elaborados a respeito da temática e dados do Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal. A priori é feita uma análise socio-histórica, para então trazer elementos focais, buscando responder ao objetivo proposto e fechando com a conclusão.

Palavras-Chave: Trabalho; Programa Bolsa Família; Comunidades rurais.

SUMMARY

The article proposes an approach to the debate about the work of the Social Worker in the Bolsa Família Program - PBF as a source of income for families in Amazonian riverside communities. In order to know, even if in an introductory way, the reality of this professional category in the scope of public policies, especially in the PBF in the local reality. Fruit of the discussions during the master's course Methodological Theoretical Foundations of Social Work and bibliographical review in works already elaborated regarding the theme and data from the Single Registry for social programs of the Federal Government. A priori, a socio-historical analysis is carried out, to then bring focal elements, seeking to respond to the proposed objective and closing with the conclusion.

Keywords: Work; Bolsa Familia Program; Rural communities.

¹ Mestranda do curso de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS e-mail: dori20souza@gmail.com

² Mestranda do curso de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS e-mail: dinhamaria1218@gmail.com.

³ Professora e Orientadora pelo Programa de Pós-Graduação Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas/UFAM. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas/UFAM. E-mail: lidiany@ufam.edu.com.

PROMOÇÃO



APOIO



1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta a discussão sobre o trabalho do Assistente Social no Programa Bolsa Família, onde tende apontar os desafios enfrentados por esta categoria na realidade amazônica. O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, regulamentada pela Lei nº 8662/93, de 7 de junho de 1993, com alterações determinadas pelas resoluções CFESS nº 290/94 e nº 293/94 e balizada pelo Código de Ética, aprovado por meio da resolução CFESS nº 273/93, de 13 de março de 1993.

Rachelis (2011) corrobora que o Serviço Social como profissão emerge na sociedade capitalista em seu estágio monopolista, contexto em que a questão social, pelo seu caráter de classe, demanda do Estado mecanismos de intervenção não apenas econômicos, mas também políticos e sociais.

A institucionalização da profissão relaciona-se a partir da intervenção do Estado no processo de regulação social, momento em que as sequelas das manifestações da questão social se põem como objeto de políticas sociais, em dupla perspectiva:

Seja no sentido de garantir condições adequadas ao pleno desenvolvimento capitalista e seus processos de acumulação privada em benefício do grande capital monopolista; e, simultânea e contraditoriamente, no sentido de responder, por vezes antecipar-se às pressões de mobilização e organização da classe operária, que exige o atendimento de necessidades sociais coletiva e individuais derivadas dos processos de produção e reprodução social (NETTO, 2005).

É nesse contexto contraditório que surge como profissão do Assistente Social, de um lado atendendo as exigências da classe dominante e do outro respondendo as demandas das classes subalternizadas, estabelecendo a “ordem” social. Diante dessa conjuntura se faz necessário conhecer como é desenvolvido o trabalho do Assistente Social nos mais diversos espaços socio ocupacionais na tentativa de diminuir as investidas conservadoras que sempre se fizeram presentes no âmbito da profissão.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Deste modo, a análise proposta neste trabalho resulta de estudos já desenvolvidos por autores clássicos e contemporâneos, afim de colocar em pauta o Serviço Social como profissão, cujo delineamento está sequenciado em duas partes, além desta introdução. A primeira apresenta breves notas acerca dos programas de transferência de renda no Brasil e a emergência do PBF como estratégia às expressões da questão social. A segunda sinaliza o trabalho do assistente social no PBF frente a realidade das famílias ribeirinhas do Amazonas, seguido das considerações finais.

2. A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Com o advento da Constituição Federal Brasileira em 1988, o Brasil vivenciou uma reformulação no sistema de Proteção Social, ampliando a função interventora do Estado atingindo as diferentes áreas da sociedade. Por outro lado, ainda que a Constituição Federal apontasse avanços na área social com a instituição da política de Assistência Social, esta não foi implantada imediatamente, o que resultou na criação de diversos programas de transferência de renda a nível federal, estadual e municipal, com intuito de gerar respostas imediatas a população que estava vivenciando a pobreza e marginalização profunda (AZEVEDO, 2017).

As primeiras iniciativas para a transferência de renda no Brasil foi a proposta do Programa de Garantia de Renda Mínima, por Eduardo Suplicy que foi aprovado em dezembro de 1991. O projeto foi apresentado ao Senado Federal como sendo um programa universalista, propunha-se a transferir uma renda para todos os cidadãos brasileiros com mais de 25 anos numa faixa de renda pré-determinada.

Conforme o projeto, o programa beneficiaria, sob a forma de imposto de renda negativo, todas as pessoas que recebessem rendimentos brutos inferiores a 2,5 salários mínimos efetivo na época. “O imposto de renda negativo seria correspondente a 50% da diferença entre aquele patamar de renda e a renda da

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



peessoa, caso ela estivesse trabalhando, e 30% no caso em que a pessoa tivesse rendimento nulo” (SUPLICY, 2002, p. 123).

Silva, Yazbek e Giovanni (2014, p. 48), caracterizam os programas que transferem renda no sistema de proteção social brasileiro, definindo estes da seguinte maneira “esses programas entendidos como transferência monetária à família ou indivíduos, transferência esta, na maioria dos programas, associada as exigências de contrapartida no campo da educação, da saúde e do trabalho”.

Ainda no mesmo ano, em Campinas no estado de São Paulo, foi criado o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM), a unidade beneficiária deste programa foi a família e o benefício era uma complementaridade monetária, diferencial, destinada às famílias de baixa renda que residiam no referido município há mais de 02 anos e com filhos menores de 14 anos de idade. O Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM) foi considerado como pioneiro e inovador no âmbito das políticas sociais no Brasil.

Neste período, houve uma grande expansão de programas no âmbito municipal e iniciativas de alguns estados brasileiros. Os primeiros programas a nível federal começaram a ser implantados em 1996, quando se deu a criação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Em 2001 ocorreu a transformação do Programa de Garantia de Renda Mínima, para Programa Nacional de Renda Mínima vinculado a Educação – Bolsa Escola, e a criação do Programa Bolsa Alimentação, além da expansão dos programas nacionais instituídos em 1996, BPC e PETI. No início do Governo Lula em 2003, foi criado no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Social e de Combate à Fome o Cartão Alimentação - que correspondia ao programa cupom de alimentos na versão original do Programa Fome Zero (PFZ) - também com o objetivo de transferir renda para parcelas da população que se encontravam em estado de insegurança alimentar e nutricional (SILVA, YAZBEK, GIOVANNI, 2014).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

A existência da diversidade de programas de transferência de renda nos três níveis de governo colocou a necessidade de unificação dos mesmos, culminando com a criação do Programa Bolsa Família em 2003, cujo fundamento foi um diagnóstico sobre os programas sociais em desenvolvimento no Brasil, elaborado durante a transição do governo FHC para o governo Lula. Tal diagnóstico apresentou inúmeras inconsistências em relação aos programas de transferência de renda em andamento, surgindo então a necessidade dessa unificação na tentativa de superar os problemas identificados (SILVA, 2016).

O Programa Bolsa Família iniciava seus primeiros passos através da Medida Provisória 132 de 20 de outubro de 2003 em seguida da Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004 sendo regulamentada pelo Decreto nº 5.209 de 17 de setembro do mesmo ano.

O Bolsa Família objetivou combater a fome, a pobreza e a desigualdade por meio da transferência direta de renda, associada a garantia do acesso aos direitos sociais básicos, saúde, educação, assistência social e segurança alimentar, e também promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam ultrapassar a situação de vulnerabilidade em que se encontram (SILVA, 2007).

Neste viés, o programa pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza: promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família; reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do programa consigam superar a situação de pobreza, além de promover ações e acompanhamentos que permitam a melhoria da sua qualidade de vida (MDS, 2017).

As condicionalidades aparecem como elementos estruturantes do Programa Bolsa Família, as quais devem ser cumpridas pelo núcleo familiar para que possa receber o benefício mensal. De acordo com a estruturação do programa, essas condicionalidades representam contrapartidas com vistas a certificar o compromisso e a responsabilidade das famílias atendidas e

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA

representam o exercício de direitos básicos que as famílias possam alcançar autonomia. Dessa forma, de acordo com o MDS (2023), as condicionalidades apresentam-se:

Na área da educação, à frequência escolar mínima de: a) sessenta por cento, para os beneficiários de quatro anos a seis anos de idade incompletos; e b) setenta e cinco por cento, para os beneficiários de seis anos a dezoito anos de idade incompletos que não tenham concluído a educação básica.

Na área da saúde, o cumprimento da agenda de saúde e nutrição para famílias beneficiárias que tenham em sua composição gestantes, nutrizes e ou crianças menores de sete anos, constituída principalmente por exame de rotina, pré-natal, vacinação e acompanhamento nutricional das crianças.

Nesse aspecto, as condicionalidades inseridas pelo Programa Bolsa Família, tem o intuito de garantir o acesso a direitos sociais básicos visando potencializar impactos na realidade das famílias beneficiárias nas esferas das políticas públicas.

O debate polêmico acerca do PBF divide opiniões entre os estudiosos e pesquisadores no que diz respeito a sua efetividade, fazendo-se necessário evidenciar o posicionamento de Cohn (2012) que aponta duas vertentes no âmbito do PBF, onde de um lado tem-se um programa que indica para a superação da pobreza, a partir de medidas mais amplas que consigam atingir as demais políticas públicas, e de outro um programa de alívio imediato da pobreza, não sendo capaz de alcançar os direitos sociais básicos.

Não há dúvidas da importância do PBF na vida das famílias beneficiárias, especialmente pela sua amplitude como afirma Silva (2007 p. 43) atualmente o PBF caracteriza-se como “maior programa de transferência de renda da América Latina” sendo palco de inúmeros debates quanto ao seu impacto e efetividade no cotidiano de seus beneficiários, realidade esta que tende a se diferenciar a depender do contexto e, sobretudo da percepção que se pretende adotar quanto a análise do programa.

Compreendendo a importância desta política de transferência de renda, especialmente para as populações que se encontram a baixo da linha da pobreza e extrema pobreza, sobretudo aquelas que habitam em comunidades ribeirinhas amazônicas e que se pretende verificar o trabalho do assistente social frente a esta realidade tão singular onde as expressões da questão social se

PROMOÇÃO



APOIO



apresentam de maneira tão diversificada e multifacetadas, tornando-se um desafio para os profissionais atuarem em tais particularidades.

2.1. O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO PBF: A REALIDADE DAS FAMÍLIAS RIBEIRINHAS DO AMAZONAS.

Com o avanço do capitalismo cada vez mais, chegando na maior reserva de recursos naturais do planeta, na Amazônia é importante analisar a atual conjuntura, pois esse avanço traz consigo várias mazelas sociais para as populações tradicionais originários da região que é bem diferente das demais regiões do país, com isso podemos identificar as demandas do Serviço Social no intuito de desvendarmos as formas que acabam com a força de trabalho das populações que vivem nessa região.

Segundo Teixeira (2008), os novos e velhos elementos constitutivos da questão social e ambiental na Amazônia têm a mesma raiz. Onde a autora expõe que 5,1 milhões de quilômetros quadrados, a Amazônia Legal estende-se por nove estados e ocupa 60% do território nacional.

A autora se refere em relação aos ditos vulneráveis, onde a autora trouxe alguns exemplos, porém nós sabemos que são muitos outros. A referida autora se refere que quem chega ao Serviço Social são os despossuídos com os seus carecimentos.

Desta forma, ainda de acordo com a autora Joaquina Barata, as populações ribeirinhas estampam no rosto e no corpo os sinais dos danos sofridos e segundo a autora são seres humanos alquebrados, precocemente enrugados, queimados de sol de rua ou da lavoura.

Teixeira (2008), expõe também que o pobre de hoje é um pobre que confronta com uma abundância da riqueza concentrada de uma forma sem precedentes, que o esmaga e humilha o cidadão. E faz uma crítica que enquanto alguns poucos concentram a riqueza com seus grandes patrimônios outros na época mais de 33 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha da pobreza.

Um esforço primeiro para pensar o trabalho no cenário contemporâneo é considerar a centralidade dessa categoria na concepção marxiana e ontológica lukacsiana dedicada a interpretar e compreender o seu desenvolvimento no movimento do capital enquanto dimensão hegemônica na sociedade dividida por

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

50 ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA

classes. Nessa sociedade estão os capitalistas (detentores dos meios de produção) e os trabalhadores (que dispunham da sua força de trabalho) e estão submissos àqueles.

O juízo central do pensamento de Marx se assenta na relação homem e natureza, onde ao mesmo tempo em que o ser humano transforma a natureza, transforma a si mesmo. Na primeira dinâmica a conversão da natureza em meios de subsistência ou de produção não se dá no vácuo, ao contrário, o gênero humano atua de forma consciente e intencional, controlando e executando sua ação através de seus membros corpóreos contra os elementos da natureza.

Na segunda ação, em decorrência da primeira, surgem novas características na constituição de um ser que passa a criar e dominar novas habilidades e desenvolver outras técnicas através de conhecimentos construídos suprimindo suas necessidades básicas. A esta articulação do homem com a natureza Marx chamou de trabalho, por meio do qual é construída a base social das sociedades e também do próprio indivíduo. Nessa perspectiva, o autor destaca que o que diferencia a atividade humana da atividade realizada pelos animais é a capacidade de planejar, projetar na mente o que se pretende concretizar, vejam:

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operação semelhante às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos e de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se em resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. ((MARX, 2013, p. 327).

O Assistente Social tem papel fundamental na sociedade dividida por classe em que a sua contribuição com a melhoria da qualidade de vida dos seus usuários assume o acesso aos direitos historicamente conquistados. O trabalho desse profissional centra-se primordialmente no campo político-ideológico, havendo a presença de um complexo e contraditório jogo de forças controlado pelos interesses do empregador e da classe subalterna que é o público alvo predominante da ação profissional.

Com a dinâmica do capital, a renda gerada na região, assegurada pelo trabalho humano face à exploração da natureza, através do modelo agroexportador, tem escapado para fora dela, alicerçando as disparidades

PROMOÇÃO



APOIO

regionais do país; e a parte da riqueza que se fixa na região permanente concentrada pelas elites regionais, alimentando a desigualdade interna (REFKALEFSKY, 2008, p. 40).

No conflito entre capital/trabalho, se percebe o aumento da pobreza e da exclusão social na região que ocasionou vários agravantes, segundo Teixeira (2008) “desencadeou também um processo de destruição e desvalorização da maior plurilaridade cultural e heterogeneidade linguística do território regional – as etnias amazônicas, cuja riqueza e valor estão por ser medidas”.

Teixeira (2008) sinaliza algumas indagações tipo: como o que chega ao Serviço Social não tem muita diferença dos problemas do passado, apenas em maior quantidade, com um número maior de pessoas vitimizadas, a autora ressalta que hoje é bem mais que isso, pois são novas tonalidades da expropriação do valor-trabalho e porta novos desafios que se põem ao profissional de Serviço Social.

A referida autora argumenta que o capitalismo na Amazônia é um investimento avassalador, que é relevante examinar esse processo na região Amazônica para identificarmos as demandas locais, onde a autora bem sinaliza que é diferente à realidade dessa região em relação às demais regiões do país.

O assistente social é chamado para trabalhar no Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais do Governo Federal, dentre eles o Programa Bolsa Família (PBF) que se faz necessário para o atendimento, intervenção e o acompanhamento dessa população beneficiária do programa.

Na maioria dos municípios da região norte, principalmente nos de médio e pequeno porte, o assistente social desenvolve seu trabalho na política de assistência social nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e nos Centro de Referência de Assistência Social – CREAS junto à Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS. Essas são unidades públicas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que são referência para todos os serviços socioassistenciais da proteção social básica e especial em seu território de abrangência.

Os Centro de Referência de Assistência Social – CRAS materializa a presença do Estado no território, possibilitando a democratização do acesso aos direitos socioassistenciais contribuindo para o fortalecimento da cidadania. Ao

eleger a territorialização como eixo estruturante do SUAS reconhece-se que a mobilização das forças no território e a integração de políticas públicas podem potencializar iniciativas e incluir processos de desenvolvimento social. (CRAS, 2012, p. 13, 14).

Os assistentes sociais são peças fundamentais que fazem parte da operacionalização do Programa Bolsa Família e principalmente no acompanhamento das famílias que são beneficiárias, com intuito de potencializar o protagonismo e autonomia, possibilitando acesso aos serviços, benefícios e programas e projetos, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção socioassistencial, apoiando essas famílias na aquisição de renda para suas necessidades básicas e no enfrentamento da pobreza.

2.1.1. O trabalho do assistente social para as populações ribeirinhas do interior do estado do Amazonas

Os assistentes sociais são trabalhadores(as) que atuam no atendimento as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família – PBF, tanto na zona urbana quanto da zona rural, através de equipes volantes dos CRAS, as quais são designados(as) para atendimento das populações ribeirinhas e nos lugares mais longínquos do nosso território amazônico, levando *in loco* atendimento para as famílias mais vulneráveis beneficiárias do PBF, como os Grupos Populacionais e Específicos - GTPEs, apoiando essas famílias no acesso a renda, contribuindo no enfrentamento da pobreza.

Através do Cadastro Único permite-se o enfrentamento da pobreza em suas múltiplas dimensões por meio de um trabalho cuidadoso, do qual faz parte o diálogo com os movimentos sociais e o reconhecimento da sociedade civil com o apoiando o poder público no reconhecimento dos povos tradicionais, como os ribeirinhos, indígenas, entre outros, além dos costumes que pautam diferentes povos no território nacional.

Contudo, é um desafio trabalhar na assistência social e levar atendimentos às populações que moram nas regiões mais longínquas do território amazônico, haja vista que a maioria das comunidades ribeirinhas se localizam em difícil acesso, pois as estradas são por via fluvial, entretanto, principalmente no período das vazantes (estiagem) quando nos deparamos com

PROMOÇÃO



APOIO

grandes praias em meio aos rios, lagos, igapós da região Amazônica que fica ainda mais difícil o acesso a essas localidades.

Quando se trata da região Amazônica a situação é ainda mais complexa, a sua condição é duplamente periférica em relação ao país e ao mundo (REFKALEFSKY, 2009, p. 168). Nessas condições os preços de seus produtos são definidos por compradores restritos e eles não são favoráveis a essa população, sendo uma dificuldade para as famílias mais vulneráveis ao mercado controlado pelo capitalismo.

Portanto, sabemos que muitas vezes os direitos não são atendidos para as pessoas que mais precisam como os ribeirinhos, pela ausência do estado e pela pouca aplicação dos recursos nas comunidades, sobretudo as comunidades que se encontram mais distantes da sede do município, provocando assim mais pobreza e exclusão social.

Nesse contexto, em meio ao conflito capital-trabalho, que vê-se como resultado das perdas e conquista dos movimentos sociais desde os anos 1980, bem como por um partido de esquerda, que luta pelas causas históricas da classe trabalhadora e acabaram tendo muitas perdas desde o golpe de 2016, entretanto alguns avanços nas últimas eleições presidenciais de 2020 com a vitória nas urnas do presidente Lula.

3. CONCLUSÃO

Falar da realidade do trabalho do Assistente Social no âmbito do Programa Bolsa Família e na realidade das comunidades ribeirinhas, requer apontar os desafios e dificuldades que estes profissionais enfrentam em seu cotidiano profissional. Este estudo trouxe a realidade do trabalho do assistente social na política de transferência de renda do Programa Bolsa Família – PBF no contexto de comunidades ribeirinhas, salientando a atuação profissional, objetivando a contribuir para uma reflexão acerca de melhoria das políticas públicas, sobretudo da política de assistência social.

O cenário de desmontes e retrocessos no que tange os direitos sociais acaba por agudizar os reflexos das expressões da questão social neste meio,

PROMOÇÃO



APOIO

assim como acentua a precarização do trabalho dos assistentes sociais e de toda a classe dos trabalhadores não estáveis, e até mesmo o fechamento dos postos de trabalhos, resultando na descontinuidade dos trabalhos nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e o próprio Programa Bolsa Família - PBF com muitas famílias aguardando na fila de espera para serem inseridas nos benefícios sociais.

Ainda que consideremos essa realidade, cabe ao Assistente Social propor estratégias de atuação profissional que possam dar conta de atender as demandas advindas das famílias, sobretudo das comunidades ribeirinhas, considerando as particularidades existentes.

Dessa forma, dada a sua importância, colocar em pauta a discussão sobre o trabalho dos assistentes sociais no âmbito das políticas públicas se torna extremamente necessário na contemporaneidade, haja vista ser o assistente social um intelectual que desempenha um importante papel na sociedade.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sidney Rezenda. Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Várzea Paulista – SP: (des)caminhos na garantia da proteção social e na busca da superação da extrema pobreza – São Paulo, 2017 162 f.

BRASIL. GOVERNO FEDERAL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. 1. ed. Brasília. 2009. 72 p.

_____. Ministério da Cidadania. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro_unico/Manual_Gestao_Cad_Unico.pdf. Acesso em: 29.11.2021.

COHN, Amélia. Desafios de uma trajetória de êxito: dez anos do PBF. In: CAMPELLO, Tereza. NERI, Marcelo Côrtes. (Orgs). Bolsa Família, uma década de inclusão e cidadania. Brasília, IPEA e MDS, 2012.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1997.

GOVERNO FEDERAL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. **Cadastro Único, o Programa Bolsa Família - PBF e o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, 2012**. Consultado em 18.02.2021.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**, 3ª ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

LESSA, S. Serviço Social e trabalho: do que se trata? **Temporalis**, Brasília, ano 1, n.2, p.35-58, jul./dez. 2000.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I, o processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle. Boitempo, São Paulo, editorial, 2013.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre a gênese, a especificidade e sua reprodução. 2ª ed. São Paulo, Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado**: desafios frente a violação de seus direitos. Serviço Social e Sociedade. São Paulo. n. 107 p. 420-437, 2011.

RAMOS, Euélica Fagundes. FRAIBERG, Maristani Salapata. Análise dos programas de transferência de renda como proposta de desenvolvimento econômico com equidade e de enfrentamento a questão social e suas expressões contemporâneas. **Brasil Escola**, 2014. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/os-programas-transferencia-renda-no-brasil>. Acesso em: 19/11/2021.

REFKALEFSKY, Violeta Loureiro. **Amazônia como espaço de acumulação de capital: reflexões amargas sobre o passado**. In: REFKALEFSKY, Violeta Loureiro. **Amazônia no século XXI**: novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Empório do Livro. 2009.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. YAZBEK, Maria Carmelita. GIOVANNI, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI**: A prevalência dos programas de transferência de renda. Editora Cortez, 7 ed – São Paulo, 2014.

SILVA, Maria Ozanira. **O Bolsa Família: Verso e Reverso**. Papel Social, Campinas, 2016.

SOUTO, Maior A. A trajetória da transferência de renda: considerações sobre o Programa Bolsa Família e panorama atual na América Latina, **Revista Temporalis**, 2008.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. Programas de garantia de renda mínima: um instrumento eficiente de combate à fome e a desigualdade social. **Revista Vozes**, ano 96, vol.96 n.02 p. 05-14, 2002.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **Meio Ambiente, Amazônia e Serviço Social**. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, n. 21, p. 142-152, Jun. 2008.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
de Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA

BARBALHO, Alexandre. Conselhos de cultura: desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; FERNANDES, Taiane; RUBIM, Iuri (orgs.). **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**. Salvador: EDUFBA, 2010. (Coleção Cult).

BELING, Jussara Janning Xavier. Políticas culturais. **Ponto de Vista**, Florianópolis, n.6-7, p. 79-96, 2004 /2005.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.15, n.2, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8580.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional do Livro e Leitura**. Brasília, DF: MINC, 2007.

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CANCLINI, Nestor. Definiciones em transición. In: MATO, D. (org.). **Cultura, política y sociedad**. Buenos Aires: Perspectivas latinoamericanas / CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales) 2005.

CHAUÍ, Marilena et al. **Política cultural**. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. (Tempo de pensar; 1).

DAGNINO, E. (org.) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

PROMOÇÃO



APOIO

